UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

JACKELINE MARIA DE SOUZA

**JULGAMENTO DE ADOLESCENTES SOBRE EXCLUSÃO
HOMOFÓBICA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DO DOMÍNIO
SOCIAL**

São Paulo
2019

RESUMO

Souza, Jackeline Maria. *Julgamento de adolescentes sobre exclusão homofóbica na perspectiva da Teoria do Domínio Social* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Este estudo teve como objetivo investigar como variáveis sociodemográficas (idade, sexo, religião e cidade), níveis de empatia dos participantes e fatores específicos da pesquisa em exclusão (grau de contato, experiência como vítima de preconceito, opinião acerca da homossexualidade e percepção de influência) se relacionam com julgamentos de situações de exclusão contra homossexuais. Essa pesquisa defende a tese de que a exclusão motivada por homofobia é um fenômeno complexo, multifacetado e que precisa ser compreendido também a partir de uma leitura da Psicologia do Desenvolvimento Moral, visto que as noções de equidade e considerações com o bem-estar do outro têm impacto direto sobre a visão do outro como humano que deve ser respeitado em sua dignidade e liberdade. Essa leitura está amparada teoricamente na Teoria do Domínio Social com a compreensão de que os juízos dos adolescentes acerca da realidade estão amparados por conhecimentos de diferentes domínios – moral, convencional e pessoal – e que além de ponderar entre todos os territórios esses ainda são atravessados por dimensões afetivas, cognitivas e sociais construídas em uma história de vida com experiências complexas. A amostra foi composta por 643 sujeitos. Destes, 45% eram moradores da cidade de Petrolina – PE e 55% de São Paulo – SP; 44% dos participantes eram do sexo masculino e 56% do sexo feminino, com idades entre 12 e 18 anos ($M = 14,6$; $DP = 1,86$). Os dados foram coletados em escolas públicas. Os questionários foram aplicados individualmente em formato autoadministrado e analisados através de procedimentos qualitativos e quantitativos. Os dados demonstraram que apesar da maioria dos adolescentes julgarem a homossexualidade como errada ou nem certa nem errada, isso não torna a exclusão certa, visto que esta foi majoritariamente avaliada como errada por questões morais. As variáveis sociodemográficas estiveram associadas a diferentes julgamentos, e destaca-se o papel importante do gênero nas diferenças dos julgamentos, podendo essa diferença estar associada diretamente as demais variáveis investigadas visto que as meninas apresentaram maiores níveis de empatia e experiências como vítimas de sexismo, bem como, maior contato com pessoas homossexuais e opiniões mais positivas acerca da homossexualidade. Quanto maior o contato com homossexuais, mais vivências de vitimização de preconceito, maiores níveis de empatia e opinião positiva acerca da homossexualidade, mais os adolescentes avaliaram a exclusão como errada, baseados em critérios morais, convencionais e pessoais. Por outro lado, essas experiências (com exceção da vitimização) fizeram com que eles discordassem mais de razões convencionais e pessoais de que é certo excluir. Em relação às influências de pais, professores e amigos, observa-se pouca influência dos pais e professores nos julgamentos adolescentes, sendo mais evidente a influência de outros adolescentes tanto em relação aos conteúdos de igualdade e quanto na manifestação de afetos negativos em relação à homossexuais. Os resultados demonstraram ainda claramente a coexistência dos domínios nos julgamentos dessa temática. Por fim, destaca-se que esse estudo buscou contribuir para a compreensão de um fenômeno complexo sob a ótica da Psicologia do Desenvolvimento Moral, sendo esse um campo ainda pouco explorado.

Palavras-chave: Exclusão. Desenvolvimento Moral. Teoria do Domínio Social. Homofobia.

ABSTRACT

Souza, Jackeline Maria. *Julgamento de adolescentes sobre exclusão homofóbica na perspectiva da Teoria do Domínio Social* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The purpose of this study was to investigate how sociodemographic variables (age, sex, religion and city), levels of empathy of participants and specific factors of exclusion research (degree of contact, experience as victim of prejudice, opinion about homosexuality and perception of influence) relate to judgments of situations of exclusion against homosexuals. This research defends the thesis that exclusion motivated by homophobia is a complex and multifaceted phenomenon, and that needs to be understood also from Moral Development Psychology, since the notions of equity and considerations with the well-being of the other have a direct impact on the vision of the other as a human who must be respected in their dignity and freedom. This reading is theoretically supported in the Social Domain Theory with the understanding that the adolescents' judgments about reality are supported by knowledge of different domains - moral, conventional and personal - and that besides pondering between all the territories these are still crossed by affective, cognitive and social dimensions built on a life story with complex experiences. The sample consisted of 643 subjects. Of these, 45% were residents of the city of Petrolina - PE and 55% of São Paulo - SP; 44% of the participants were male and 56% female, with ages between 12 and 18 years ($M = 14.6$; $SD = 1.86$). Data were collected in public schools. The questionnaires were individually applied in a self-administered format and analyzed through qualitative and quantitative procedures. The data showed that although most adolescent judge homosexuality to be wrong, neither right nor wrong, it does not make the right exclusion, since it was mostly judged to be wrong on moral domain. The sociodemographic variables were associated with different judgments, and the important role of gender in the differences of the judgments is highlighted, and this difference may be directly associated with the other variables investigated since the girls presented higher levels of empathy and experiences as victims of sexism as well such as greater contact with homosexual people and more positive opinions about homosexuality. The greater the contact with homosexuals, the more experiences of victimization of prejudice, higher levels of empathy and positive opinion about homosexuality, the more adolescents evaluated the exclusion as wrong, based on moral, conventional and personal criteria. On the other hand, these experiences (with the exception of victimization) made them disagree more with conventional and personal reasons that it is certain to exclude. Regarding the influences of parents, teachers and friends, there is little influence of parents and teachers in adolescent judgments, being more evident the influence of other adolescents both in relation to the content of equality and in the manifestation of negative affections towards homosexuals. The results also demonstrated clearly the coexistence of domains in the judgments of this theme. Finally, it is emphasized that this study sought to contribute to the understanding of a complex phenomenon under the optimum of Moral Development Psychology, being a field still little explored.

Keywords: Exclusion. Moral Development. Social Domain Theory. Homophobia.

INTRODUÇÃO

Em um século marcado pelo rompimento em muitas barreiras de comunicação e por importantes avanços nas políticas públicas sobre os Direitos Humanos, coexistem inúmeras manifestações preconceituosas nas redes sociais que marcam a intolerância à diversidade. Esse cenário de contradições demanda dos órgãos públicos e da ciência, respostas que assegurem o direito à vida e, embora sejam notados alguns avanços, quando falamos em assistência à população LGBTI¹ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais²), ainda há muito em que se avançar.

Em 2018 o Grupo Gay da Bahia liderado pelo antropólogo Luiz Mott divulgou um relatório acerca das mortes de pessoas LGBTs no Brasil. Segundo esse documento, a cada 20 horas uma pessoa LGBT morre no Brasil vítima de violência motivada por preconceito³. O grupo baiano vem anualmente acompanhando os casos divulgados na mídia e chegou ao dado alarmante de 420 mortes em 2018. Esse número foi 6% inferior ao ano anterior, quando foram registrados 445 casos. Em 2016 esse número foi de 329 casos. Uma matéria da revista fórum da visibilidade a alguns casos ao destacar:

Os corpos de dois professores foram encontrados carbonizados em um porta-malas, em Santa Luz, na Bahia. Um homem de 34 anos morreu degolado e esquartejado, em Porto Velho, Rondônia. A 4.300 km dali, em Belém, capital do Pará, outro homem morreu com 80 facadas atravessadas no corpo. Mesmo Estado em que Brenda foi espancada e jogada do alto de uma passarela, na cidade de Castanha. Mesmo Pará onde um menino de 10 anos morreu violentado e espancado. No Paraná, uma menina trans de 14 anos foi encontrada morta a beira de um lago. Em Porto Alegre, um homem trans morreu com 17 tiros e terminou arrastado pelo carro de seus assassinos⁴.

¹ Denominação utilizada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

² O termo Intersexuais representa uma variedade de condições de formações anatômicas que não corresponde ao tipicamente denominado de masculino e feminino. Apesar de inata, essas alterações anatômicas podem se manifestar apenas na puberdade ou nunca serem percebidas, uma vez que pode se tratar de alterações apenas internas.

³ <http://www.revistaforum.com.br/2017/01/24/a-cada-25-horas-uma-pessoa-lgbt-morreu-vitima-de-violencia-no-brasil-em-2016/>

⁴ <http://www.revistaforum.com.br/2017/01/24/a-cada-25-horas-uma-pessoa-lgbt-morreu-vitima-de-violencia-no-brasil-em-2016/>

Tão preocupante quanto cada um desses casos, foi o homicídio de Itaberli Lozano, de 17 anos, noticiado pelo site G1⁵. Após ser espancado em sua residência por dois jovens, o adolescente foi morto e cremado pela mãe de 32 anos e seu padrasto de 30 anos, no Estado de São Paulo. O caso foi descrito pelo Ministério Público como um caso de homofobia, visto que a mãe não aceitava a orientação sexual do filho. Esses casos envolvendo a agressão cometida por pessoas conhecidas e vítimas adultas e adolescentes do sexo biológico masculino não são eventos isolados e compõem estatísticas das quais o Brasil não deve se orgulhar em ocupar o primeiro lugar (Brasil, 2016).

Essa violência que ocorre nas ruas e no contexto familiar também é observada na escola. Conforme publicado em 23 de maio de 2017 no site da Folha de São Paulo⁶, uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) relatou que 73% dos jovens entre 13 e 21 que se identificam como LGBT (Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) narram que já foram vítimas de violência na escola. Essa agressão se manifesta de diversas maneiras, mas na reportagem foi destacada a agressão psicológica e verbal que ocorre no Ensino Fundamental e a violência física no Ensino Médio. Nessa mesma pesquisa, a escola é descrita pelos entrevistados como um local que lhes provoca sofrimento e insegurança. Vale destacar que o Brasil liderou os números de violência nessa pesquisa que também foi realizada na Argentina, Colômbia, Chile, Uruguai e Peru.

O relato de um jovem, 21 anos e gay, evidencia as dificuldades e crueldades enfrentadas por esses jovens: “por dois anos eu chorava todos os dias e não queria ir para a escola. A gente passa mais tempo na escola do que em casa, conhece o mundo dentro da escola. E esse mundo que eu conhecia eu não queria viver”. A transcrição dessa fala demonstra a manifestação do preconceito entre adolescentes, o papel social que a escola ocupa nas interações sociais dos mesmos e como essas relações interpessoais ainda são marcadas pelo desrespeito e o sofrimento entre aqueles que fogem à norma heterossexual ou de gênero.

Em consonância com os dados transmitidos pelas mídias digitais, o Governo Federal, por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República,

⁵ <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2017/01/adolescente-diz-em-depoimento-que-viu-mae-esfaquear-filho-no-pescoco.html>

⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1834166-73-dos-jovens-lgbt-dizem-ter-sido-agredidos-na-escola-mostra-pesquisa.shtml>

divulgou em 2016 dados de 2013 quanto à violência contra LGBTs (Brasil, 2016). Como homofobia, o documento descreve o “preconceito ou discriminação (e demais violências daí decorrentes) contra pessoas em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero presumidas” (Brasil, 2016, p. 5). Ressalta-se que embora o documento reconheça as diversidades dos termos utilizados para dar visibilidades a essas formas de violência, como a lesbofobia, a transfobia e a bifobia, o documento denomina todos os casos como homofobia com a finalidade de atribuir uma melhor fluência ao texto.

Segundo esse relatório federal (Brasil, 2016), em 2013 foram realizadas uma média de 9,31 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia e os Estados de São Paulo e Pernambuco registraram 322 e 62 casos, respectivamente. Na análise realizada a partir das notícias veiculadas, esses Estados são destacados como primeiro e segundo lugares na distribuição de homicídios por UF. São Paulo representa 8,8% dos casos nacionais e Pernambuco, 8,4% (Brasil, 2016).

Vale destacar que não foi localizada nenhuma publicação oficial com dados mais recentes acerca do tema, visto que o atlas da violência 2018⁷ organizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) não faz menção a especificidade dessa forma de violência e os dados descritos no site federal do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos apenas cita rapidamente os dados apresentados anteriormente (2017) apresentado pelo Grupo Gay da Bahia.

Pensando nas produções científicas a respeito dessa problemática, observa-se que até meados do século XX, as práticas discriminatórias frente às minorias sexuais que formam o grupo LGBT foram temas negligenciados pelos estudos científicos (Cerqueira-Santos & DeSouza, 2011). Atualmente, com os avanços das discussões de gênero e direitos humanos, o tema do preconceito contra diversidade sexual e não conformidade aos padrões sociais de gênero entrou na pauta científica e tem sido compreendido como o medo, ódio e aversão a gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais – de modo a orientar tratamentos discriminatórios – fazendo com que os homossexuais tenham seus direitos desrespeitados simplesmente pelo fato de irem de encontro aos protótipos socialmente compartilhado de masculino e feminino (Borges, Passamani, Ohweiler, & Bulsing, 2011). Nessa lógica, haveria a ordem posta do biológico (macho-fêmea), que

⁷ Documento disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf

determina uma forma de sexualidade (heterossexual) e um comportamento social (masculino/feminino) (Borrillo, 2009).

A homofobia como a guardiã das fronteiras hetero/homo e de gênero masculino/feminino, torna alvos de discriminação aqueles que ultrapassam a norma binária e que se afastam do modelo de referência socialmente construído (Borrillo, 2009). Para além das agressões físicas, essa forma de preconceito pode ser vista como um fator de restrição nas relações interpessoais, afetando o acesso aos direitos mais básicos (Junqueira, 2009).

Entre esses direitos, destaca-se na vivência adolescente o direito à educação que, embora assuma a diversidade sexual no Plano Nacional de Educação, na prática, ainda é voltada para uma sociedade heterossexual. Para além do livro didático ou das normas escolares, essa violação se dá nas relações interpessoais e compromete diretamente esse direito dos jovens LGBTs, estando em estreita relação com a evasão escolar ou baixo desempenho acadêmico (Levandoski, 2009). Além disso, considerando-se que “a forma como o outro é percebido define os contornos das relações interpessoais” (Salles & Silva, 2008, p. 150), é fácil compreender como o preconceito interfere na percepção e, conseqüentemente, nos julgamentos adolescentes e no comportamento da comunidade escolar, visto o quanto estigmatizada a pessoa LGBTs ainda é em nossa sociedade.

As pessoas criam barreiras nas relações em função da não aceitação de alguma característica do outro e, embora a legislação afirme que a escola deve ser o local de proteção contra violências, assédios e discriminações LGBTs, esse tem sido um local de vitimização (Souza, Silva, & Faro, 2015) e essas agressões estão diretamente relacionadas com implicações no desenvolvimento saudável desses jovens (Horn, Szalacha, & Drill, 2008).

Essa limitação nos relacionamentos descaracteriza o objetivo da educação que é o pleno desenvolvimento da personalidade – a qual só será alcançada mediante o desenvolvimento cognitivo e moral (Piaget, 1948/1973) – assim como impossibilita o convívio amistoso e tolerante. Desta forma, essa realidade abre espaço para as discussões de preconceito no ambiente escolar. Além disso, uma vez que a escola é um importante ambiente de socialização e aprendizagem e, considerando que as normas sociais, leis e preconceitos são fenômenos sociais, ao se pensar as relações interpessoais e suas reverberações há de se considerar o contexto no qual esse ocorre. Assim, por estar inserido em uma cultura mais ampla, o ambiente escolar não está imune de ser um local de produção e reprodução de preconceitos. Então, o desafio para a educação ultrapassa a

alfabetização ou ensino de conteúdos determinados pelos livros didáticos, e demanda com urgência o ensino de relações interpessoais saudáveis e pautadas no respeito às diferenças.

Embora alguns agentes do contexto escolar neguem a existência de práticas discriminatórias motivadas pelo preconceito contra diversidade sexual (Junqueira, 2009), diversos estudos demonstram que essa problemática faz parte da escola (Souza & Silva, 2014), limitando as relações entre pares (Toneli, 2006; Poteat, 2008), professores (Louro, 2007; Dinis, 2011) e pais (Abramovay, Castro, & Silva, 2004).

Além da negação, há também o desconhecimento (Silva, Souza, & Barreto, 2012). A temática do preconceito contra diversidade sexual ainda é algo distante da prática profissional do educador, seja pela invisibilidade do fenômeno ou pela alegação que isso iria gerar um conflito com os pais, o fato é que na percepção de alguns professores cabe a escola a transmissão do conhecimento determinado pelo planejamento do ano letivo. Assim, embora o primeiro discurso seja atravessado pela ideia de que a temática é relevante, nenhuma ação é viabilizada, pois os professores não se sentem aptos e autorizados a abordá-la, sendo isso responsabilidade da família (Silva, Souza, & Barreto, 2012). Essa alegação sobre uma reação negativa dos pais, de outros funcionários e dos próprios alunos é citada como dificuldade também em estudo internacional (Hong & Garbarino, 2012).

Também é possível observar uma maior vitimização em situações de bullying entre jovens LGBTs se comparados a jovens heterossexuais (58% e 25%, respectivamente) (Souza, 2013). Esse mesmo resultado de pesquisa já foi relatado em outros estudos internacionais (Berlan *et al*, 2010). As consequências dessas ações podem ser inferidas pelo fato de que sujeitos alvos de bullying apresentam menor bem-estar se comparado a outros estudantes adolescentes (Souza, 2013).

Outro indicativo desse efeito negativo no bem-estar dos adolescentes é apontado em pesquisa que indica que jovens LGBTs têm se sentido mais inseguros no ambiente escolar, se comparados a jovens heterossexuais (22% e 7%, respectivamente) (Harris Interactive & Gay, Lesbian and Straight Education Network [GLS], 2005). Diante desses resultados, sendo o ambiente escolar um importante local de socialização e a adolescência uma das fases em que as relações grupais de amizade se tornam fundamentais para a identidade desse sujeito, as relações interpessoais podem ter reverberações diretas no bem-estar, podendo estar associadas a uma maior intenção suicida entre jovens LGBTs (Teixeira-Filho & Rondini, 2012).

Esse relacionamento entre os pares também assume sua importância na medida em que a sexualidade desse adolescente pode gerar conflitos no âmbito familiar, tornando as relações familiares menos frequentes ou até mesmo ausentes (Perucchi, Brandão, & Vieira, 2014). Com essa fragilidade nas relações familiares, o círculo de amizade e os demais contextos de socialização desse adolescente, como a escola, tendem a desempenhar um papel de maior significância no apoio social. Destaca-se que o apoio social tem apresentado relação direta com a saúde e o bem-estar (Griep, Chor, Faerstein, & Lopes, 2003).

Toda essa discussão do preconceito homofóbico é enfatizada pela Psicologia Social em suas diferentes vertentes – desde leituras teóricas que perpassam pela compreensão de uma estrutura de personalidade preconceituosa, até a leitura oriunda da dinâmica das relações intergrupais. Em uma leitura contemporânea, o preconceito também tem sido estudado pela psicologia do desenvolvimento e nessa área destacam-se as pesquisas da Teoria do Domínio Social.

Para essa teoria, os conhecimentos sociais são coordenados pelos sujeitos a partir dos diferentes domínios: moral, convencional e pessoal, os quais se remetem aos direitos e preocupação com o bem-estar do outro (moral); à arbitrariedade das normas e convenções sociais (convencional); e as escolhas individuais que não afetam o outro (pessoal). De modo geral, essa teoria parte do princípio que esses domínios coexistem e são diferenciados já por crianças pequenas (Turiel, 1983). O desenvolvimento moral não implica uma evolução que parte do convencional para o moral, mas sim que todos esses conhecimentos estão à disposição dos sujeitos, que a partir da coordenação de diversos fatores, elegem, a cada julgamento, um domínio em detrimento do outro.

A articulação dessa teoria com os estudos da exclusão tem sido realizada principalmente pela pesquisadora Melanie Killen, enquanto a homofobia tem sido estudada principalmente por Stacey Horn e Justin Heinze. Nesse âmbito internacional, os estudos são significativos em indicativos empíricos e têm centrado suas investigações nas pesquisas acerca da atitude de jovens sobre orientação sexual homossexual e seu julgamento acerca da exclusão motivada por essa variável (Horn & Sinno, 2013). Porém, até o momento, nenhum estudo nacional do ponto de vista da Psicologia Moral foi localizado e é nessa lacuna que inserimos a originalidade e contribuição de nossa pesquisa para os estudos de Psicologia Moral e preconceito homofóbico.

Desta forma, a nível nacional, observa-se a relevância social do tema de pesquisa e a ausência de estudos acerca dessa temática com esse perfil teórico; e considerando que

a temática em estudo é fortemente atravessada por questões sociais e culturais, ressalta-se a importância de pesquisas com o público brasileiro e sua relação com o desenvolvimento moral. No tocante a contribuição para a esfera internacional, o estudo se mostra inovador em questionar o papel de pares e autoridades (pais e professores) nesse julgamento.

A relevância dessa pesquisa é reafirmada também pelo fato de que, diante dos números alarmantes de preconceito e discriminação contra homossexuais (Brasil, 2016), e dos dados que revelam o sofrimento que essa exclusão causa aos sujeitos alvos (Souza, 2013), conhecer como os jovens pensam e julgam a exclusão baseada na orientação sexual pode ser uma ação importante para pensar intervenções que possam favorecer relações mais equitativas entre os indivíduos.

Para essa compreensão, além de uma esfera cognitiva, é importante destacar também o papel da dimensão afetiva e dos fatores da história de vida dos adolescentes como motivações para o julgamento moral. Por essa razão, foi feita uma articulação com o construto empatia e com a experiência como vítima e grau de contato com o grupo alvo da exclusão. Esses elementos em conjunto permitiram, portanto, verificar parte da complexa relação entre aspectos cognitivo, afetivos e sociais.

Assim, essa tese tem como principal objetivo responder ao seguinte problema de pesquisa: como variáveis sociodemográficas (idade, sexo, religião e cidade), níveis de empatia dos participantes e fatores específicos da pesquisa em exclusão (grau de contato, experiência como vítima de preconceito, opinião acerca da homossexualidade e percepção de influência) se relacionam com diferentes tipos de julgamentos frente situações de exclusão contra homossexuais?

Para buscar a resposta dessa pergunta, esta pesquisa foi dividida em três estudos relacionados, porém independentes. Cada um desses estudos buscou contribuir separadamente com elementos que, em seu conjunto, possibilitaram responder ao objetivo geral. Desta forma, esses três estudos possibilitaram conhecer como cada grupo de variáveis se relacionaram com os julgamentos adolescentes acerca da exclusão contra homossexuais. Os grupos de variáveis são:

- Estudo I: variáveis sociodemográficas, a saber: sexo, idade, religião e cidade;
- Estudo II: afetos e história de vida: empatia, grau de contato com homossexuais, opinião acerca da homossexualidade e experiência de vitimização;

- Estudo III: influências sociais: percepção das atitudes de pais, pares, professores.

O primeiro estudo buscou através de uma pesquisa empírica com adolescentes entre 12 e 18 anos responder os seguintes problemas de pesquisa: quais os tipos de julgamentos (domínio moral, convencional e pessoal) de adolescentes sobre a exclusão homofóbica? Esses julgamentos se relacionam com variáveis sociodemográficas (sexo, idade, religião e cidade)? Os resultados desse estudo contribuem para o cenário científico de pesquisas sobre exclusão em uma perspectiva da Psicologia Moral e da Teoria do Domínio Social por apresentar dados de uma amostra brasileira, até então inexistentes. Além disso, a comparação via testes estatísticos possibilita a constatação de um relacionamento entre as variáveis para além do acaso, indicando variáveis relevantes para a diferença nos julgamentos.

O segundo estudo teve como objetivo: (1) verificar se a empatia está associada aos juízos de domínio moral, e (2) investigar se as variáveis específicas do estudo de preconceito (grau de contato com homossexuais, opinião acerca da homossexualidade, experiência própria como vítima de preconceito e empatia) estão associadas com os tipos de julgamentos acerca da exclusão. A relação entre empatia, desenvolvimento moral e exclusão tem sido evidenciada na literatura principalmente baseada em pressupostos teóricos, havendo poucos estudos empíricos que façam associação direta entre essas variáveis. Para a Teoria do Domínio Social, a empatia está associada à gênese da moral em crianças pequenas e, de modo geral, esse construto tem sido colocado como uma dimensão das respostas morais (Smetana, 2013). Contudo, nesse estudo, essa relação foi analisada de forma diferente, visto que, além do julgamento acerca da exclusão, uma medida psicométrica avaliou os níveis de empatia entre adolescentes e os articulou com os julgamentos e experiências da história de vida do adolescente, como o grau de contato com homossexuais e a experiência pessoal como vítima de preconceito.

O Estudo III partiu dos achados empíricos da Teoria do Domínio Social que vêm demonstrando a complexidade dos julgamentos acerca da exclusão (Killen & Cooley, 2013) e do papel dos pais no ensino de critérios morais para os filhos (Smetana, 2013). Diante desses resultados e da compreensão de que muitos julgamentos estão ancorados nas convencionalidades, esse terceiro estudo teve como foco as influências sociais, o contexto escolar e suas relações com os julgamentos. Nesse sentido, apresentamos a seguinte questão: a percepção das atitudes de pais, pares e professores se relaciona com

diferentes julgamentos? Os objetivos foram: investigar as percepções dos adolescentes acerca das opiniões emitidas por pais, professores e pares sobre a igualdade entre pessoas homossexuais e heterossexuais; verificar se os adolescentes percebem afetos negativos dos pais, professores e amigos em relação à homossexuais e averiguar se há relações entre essas percepções e os diferentes tipos de julgamentos.

Considerando o objetivo geral dessa pesquisa e os estudos descritos acima, essa produção textual está dividida em cinco capítulos. O Capítulo I apresenta a fundamentação teórica dessa investigação. Para tanto é apresentado um primeiro tópico chamado “Da Psicologia Social à Psicologia Moral”, no qual está descrito essa transição teórica percorrida e o encontro entre essas duas literaturas. Após esse tópico, são descritos os principais conceitos da base teórica do estudo, a Teoria do Domínio Social. Essa teoria contemporânea de moralidade tem focado em estudos empíricos que buscam coordenar os diferentes conhecimentos do mundo (domínio moral, convencional e pessoal), o predomínio de um sobre o outro, a realização de estudos interculturais, bem como os casos complexos de situações multifacetadas e sobreposições (Killen & Cooley, 2013).

Todos esses conceitos são apresentados no capítulo I e essa fundamentação está embasada na compreensão de que a teoria é a lente pela qual se enxerga o mundo, e que esta orienta não apenas as perguntas, mas também o método e a interpretação que se tem de um dado (Cozby, 2006). O segundo capítulo, nomeado de “Contribuições da Teoria do Domínio Social para o estudo da exclusão: uma revisão sistemática de literatura”, trata-se de uma revisão que teve como objetivo levantar as contribuições dessa teoria nos estudos acerca da exclusão. Para tanto, foram utilizados artigos científicos publicados entre 2006 e 2016 pesquisados de forma eletrônica no portal de periódicos CAPES e no Scielo (Brasil). Contudo, vale ressaltar que não foi localizada literatura brasileira, sendo o resultado composto por artigos disponíveis no portal da CAPES. A partir da leitura desses artigos, foi possível identificar os resultados desses estudos e aspectos metodológicos dos mesmos. Além disso, esse capítulo indica os direcionamentos atuais nos estudos de exclusão segundo essa perspectiva teórica e sustenta a pertinência e originalidade da pesquisa que sugerimos.

O terceiro capítulo apresenta o método adotado, destacando o caminho percorrido na construção do instrumento, contemplando a realização de um estudo piloto, análise de juízes realizada com doutores de áreas afins e confiabilidade dialógica realizada com pesquisadores da área. Esses três procedimentos possibilitaram a elaboração final do questionário. Esse capítulo informa ainda acerca do planejamento metodológico da

pesquisa: participantes, instrumento, considerações éticas e procedimentos de coleta e análise de dados.

O quinto capítulo integra os resultados das pesquisas e está subdividido em estudo I, II e III. Para cada um desses estudos também é apresentado a fundamentação teórica e dados de pesquisa específicos sobre a exclusão e sua relação com as variáveis investigadas em cada um dos três estudos a que nos propomos. Desta forma, apresentaram a literatura específica que fundamentou cada um dos respectivos estudos, assim como, o método, resultados, discussões e breves considerações acerca de cada estudo.

Vale destacar que a fundamentação teórica apresentada nesse quinto capítulo difere do capítulo I por focar os estudos de exclusão e as variáveis propostas, enquanto, que no capítulo I é apresentada a Teoria do Domínio Social e seus principais pressupostos e conceitos; e no capítulo II os estudos gerais sobre exclusão sem delimitar a exclusão de pessoas homossexuais. No quinto capítulo também é apresentado novamente o método de pesquisa. Essa repetição foi avaliada como pertinente por facilitar a compreensão dos resultados apresentados e por fazer um recorte das informações pertinentes apenas para aquele estudo em questão.

Por fim, há o capítulo de considerações finais. Esse componente textual descreve a conclusão da pesquisa, bem como suas limitações e sugestões para estudos futuros. Ao final do manuscrito, há ainda as referências mencionadas ao longo do texto e nos apêndices estão disponíveis os instrumentos utilizados e os documentos requisitados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa defende a tese de que a exclusão motivada por homofobia é um fenômeno complexo, multifacetado e que precisa ser compreendido também a partir de uma leitura da Psicologia do Desenvolvimento Moral, visto que as noções de equidade e consideração com o bem-estar do outro têm impacto direto sobre a visão desse como humano que deve ser respeitado em sua dignidade e liberdade. Sem desconsiderar estudos anteriores que destacaram as relações intergrupais e fatores sociais, compreendemos que a Psicologia pode contribuir ainda com uma visão do sujeito psicológico que se relaciona com o outro, mas que também é marcado por sua condição cognitiva e suas experiências pessoais e afetivas.

Desta forma, falar em exclusão sob a ótica da Psicologia do Desenvolvimento moral é pensar no encontro com o outro e reconhecer nele um ser humano que também merece respeito. Essa leitura demanda uma compreensão moral que acomode conceitos como equidade, direito e bem-estar, mas sem desconsiderar as noções intergrupais (normas sociais, estereótipo, relações entre o endogrupo e exogrupo, identidade social, pertencimento rupal) e individuais (crenças e escolhas). Nesse cenário a Psicologia do Desenvolvimento moral vem somar a essas áreas já consolidadas e contribuir para uma visão mais ampla desse problema que afeta tantas pessoas pelo mundo e que impacta diretamente na saúde dos sujeitos envolvidos. Assim, esse problema é urgente e diretamente associado ao fazer dos profissionais da saúde e educação, que para além de uma formação técnica também necessita de sensibilidade moral para ser capaz de se conectar com o outro na sua singularidade e diferença.

Além disso, embora o juízo moral não seja sinônimo de ação moral, ele pode orientar o sujeito a refletir e agir de forma a se preocupar como suas ações afetam outras pessoas. Compreendo que estimular esse tipo de reflexão se torna cada vez mais urgente visto que atualmente a liberdade de expressão não respeita o limite do respeito, e o desejo individual é colocado acima de qualquer consideração com outro, ou seja, uma sociedade marcada pelo individualismo, intolerância, desrespeito e tantas outras formas de violência.

Situo esse estudo ainda na necessidade de que o “jeitinho brasileiro” e a busca pela vantagem pessoal possa dar espaço ao encontro com o outro e à compreensão de que a real felicidade implica no bem-estar de todos a sua volta; que a reflexão sobre o meu

agir não esteja pautado nos olhos alheios, mas sim na consciência de que a minha ação deve gerar bem-estar social; na compreensão de que a diversidade sexual não deve se limitar ao carnaval, às festividades, ao espetáculo fora de época que se tornou a parada gay, ou à margem da sociedade, mas sim ter inserção social e política que todos nós merecemos; na compreensão de que eu não preciso ter sentido a dor para saber o quão ruim a experiência de ser excluído pode ser; que não reverta essa experiência dolorosa de ser excluído no desejo de revidar no mais fraco; mas sim que todos consigamos enxergar e ouvir esse outro que sofre, se conectar com essa dor e assim tentar remediar e evitar tal sofrimento.

Trazendo a ideia piagetiana de que para ser moral precisamos nos deparar com boas pessoas e boas regras, penso ainda que nós – uma pequena esfera da população que é privilegiada por ter oportunidade de discutir e refletir sobre esses temas – precisamos começar e ser o exemplo que tanta gente busca; e que no futuro o agir em nome do bem comum não seja a exceção que chama atenção, mas o cotidiano. Entendo, portanto, que o agir moralmente é um importante passo para a resolução de tantos conflitos contemporâneos que envolvem o relacionamento entre as pessoas, tais como a corrupção, exclusão, feminicídio, briga entre torcidas de futebol, intolerância religiosa, uso exacerbado do recurso da autoridade, prestações de serviços desumanos e tantos outros problemas noticiados na mídia.

Essas reflexões surgem não apenas das leituras teóricas, mas das minhas experiências, por exemplo, em situações nas quais minha voz foi contestada por ser uma homossexual falando sobre homofobia, quando a Psicologia do Desenvolvimento Moral foi contestada por ser lida como moralismo, ou ainda pelas limitações e medos que já vivi simplesmente por ser mulher. Foram essas experiências e o desenvolvimento desse trabalho de quatro anos de doutorado estudando a temática e vivendo relações justas dentro do meu grupo de pesquisa que possibilitaram essas reflexões.

Considerações, limites e avanços

Em termos teóricos a proposta dessa tese esteve amparada ainda na compreensão de que os juízos dos adolescentes acerca da realidade estão amparados por conhecimentos de diferentes domínios – moral, convencional e pessoal – e que além de ponderar entre todos os territórios esses ainda são atravessados por dimensões afetivas, cognitivas e sociais construídas em uma história de vida com experiências complexas. Desta forma,

embora o delineamento científico destaque a necessidade de recortes e delimitações, buscou-se abarcar diversos fatores que poderiam auxiliar-nos na compreensão de como os adolescentes pensam a respeito da exclusão e a partir dessas informações colaborar para a atuação dos profissionais que lidam com essa problemática e com esse grupo.

A partir da literatura e da busca por fatores relacionados e de diferentes características foram selecionadas algumas variáveis e o objetivo do estudo se fechou em investigar como variáveis sociodemográficas (idade, sexo, religião e cidade), níveis de empatia dos participantes e fatores específicos da pesquisa em exclusão (grau de contato, experiência como vítima de preconceito, opinião acerca da homossexualidade e percepção de influência) se relacionavam com julgamentos de situações de exclusão contra homossexuais.

Tal como previsto, observou-se a influência dessas variáveis na medida em que houve relações dessas com os julgamentos em seus diferentes domínios do conhecimento. Em relação as variáveis sociodemográficas, observa-se o importante papel do gênero nas diferenças dos julgamentos, podendo essa diferença estar associada diretamente as demais variáveis investigadas visto que as meninas apresentaram maiores níveis de empatia e experiências como vítimas de sexismo, bem como, maior contato com pessoas homossexuais e opiniões mais positivas acerca da homossexualidade.

O papel da religião ainda foi descrito como fonte para a avaliação da homossexualidade como errada, sendo pouco evidente nas justificativas morais de que é errado excluir. Contudo, os sujeitos que possuíam vínculo religioso não apenas concordam mais com as convencionalidades (autoridades e regras contextuais), como também apresentam maiores níveis de empatia, que apesar de não ser sinônimo de desenvolvimento moral, pode favorecer-lo. Em contrapartida, aqueles que não possuíam vínculo religioso apresentaram mais contato com homossexuais, o que também pode favorecer o julgamento da exclusão em domínio moral.

Entre as diferentes cidades foi observado que adolescentes residentes em São Paulo emitiram mais respostas morais, enquanto moradores de Petrolina-PE apesar de julgarem a exclusão como mais errada, se apoiaram mais no domínio convencional. A avaliação da exclusão como mais errada poderia estar relacionada aos maiores níveis de empatia, enquanto os adolescentes de São Paulo emitiram mais respostas morais e avaliaram a homossexualidade de forma mais positiva. Vale lembrar que não houve diferença entre esses grupos no que tange ao grau de contato e a frequência de vitimização.

Considerando que todas as variáveis levantadas apresentaram correlações estatisticamente significante com os julgamentos da exclusão, observa-se uma relação entre os eventos que não se deu ao acaso. Desta forma, quanto maior o contato com homossexuais, mais vivências de vitimização de preconceito, maiores níveis de empatia e opinião positiva acerca da homossexualidade, mais os adolescentes avaliaram a exclusão como errada baseados em critérios morais, convencionais e pessoais. Por outro lado, essas experiências (com exceção da vitimização) fizeram com que eles discordassem mais de razões convencionais e pessoais de que é certo excluir. Apesar desses resultados parecerem homogêneos, ao considerarmos as forças de correlação, notamos que a empatia apresenta maior força de correlação com o domínio moral, enquanto a opinião tem maior relação inversa com convencionais que afirmam ser certo excluir. Dentre essas variáveis, a experiência como vítima foi a que teve menor força de correlação com os julgamentos em todos os domínios. Há ainda uma relação próxima entre ter contato com homossexuais e fazer uma avaliação dessa prática como correta.

Os dados mostram que apesar da maioria dos adolescentes julgarem a homossexualidade como errada ou nem certa nem errada, isso não torna a exclusão certa, visto que esta foi majoritariamente avaliada como errada por questões morais, dando ênfase no respeito mesmo frente ao que julgo errado, ou seja, o julgamento da homossexualidade como sendo uma prática errada não justifica excluir, “*respeito mesmo aquilo que acho errado*”. Além desse caso, a complexidade dos raciocínios também é demonstrada qualitativamente nos casos descritos a partir da tomada de perspectiva do autor e da capacidade de tolerar o intolerante, tal como mencionado pelos participantes, respeitando a dificuldade de cada um, tolerando quem não tolera.

No que tange à influência da percepção de pais, professores e pares, apesar desse fator de influência da percepção da mensagem alheia precisar ser melhor explorado por outros estudos empíricos, esse estudo traz evidências que apontam para um discurso de afetos negativos em relação a homossexuais entre os adolescentes, bem como, o papel de influência que esses atores sociais tem entre seus pares. O papel dos pais e professores mostram-se como distintos, visto que no Estudo I os professores aparecem como fonte de maior concordância quando afirmam ser errado excluir e menor discordância quando afirmam ser certo excluir, se comparado aos pais. Já no estudo III observa-se a pouca influência desses atores, visto as correlações fracas entre as mensagens de igualdade emitida por pais e professores e o julgamento dos adolescentes. Essa influência é ainda

menor quando a percepção é de afetos negativos, não havendo influência dos pais e influência dos professores no domínio pessoal de que é errado excluir e nas convencionalidades de que é certo excluir. Sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas com métodos distintos, por exemplo, investigando as díades mãe-filho, pai-filho ou professor-aluno.

Diante desses resultados e considerando a metodologia empregada, esse estudo trouxe como vantagem a possibilidade de articular os julgamentos a partir de questões abertas e fechadas. As questões abertas, em uma abordagem qualitativa nos permitiram observar as respostas iniciais dos adolescentes e sua diversidade para além dos números, bem como levantar os elementos presentes que poderão subsidiar a construção e validação de novos instrumentos psicométricos no futuro. As questões fechadas, por sua vez, além de terem permitido os testes estatísticos, possibilitaram o encontro dos adolescentes com outras formas de pensar, novos conteúdos e a possibilidade de ampliar o raciocínio sobre o tema e se posicionarem diante dessa diversidade de afirmativas. A construção desse questionário além de contribuir para a área metodológica demonstrou claramente a coexistência dos domínios nos julgamentos dessa temática. Reunir as duas formas de questionamento nessa pesquisa possibilitou ainda observar uma confluência entre os dados das questões abertas e fechada.

Destacamos como dificuldade para a realização dessa pesquisa o limitado acesso às escolas em virtude do tema, visto que os responsáveis descreviam um temor em relação a reação dos pais diante da abordagem do tema na escola e preferiam não autorizar a realização da pesquisa. Por outro lado, vale destacar que as quatro escolas nas quais foi realizada a pesquisa se mostraram bastante solícitas e interessadas na temática do desenvolvimento moral, adequando horários e espaços para a melhor realização da coleta de dados.

Enquanto limitações do estudo tem-se que o mesmo se trata de uma pesquisa que investiga juízo moral e está sujeito a influência da desejabilidade social. Além disso, a questão de juízo moral esteve limitada aos tipos de julgamentos (domínio moral, convencional e pessoal), cabendo em próximos estudos investigar ainda os critérios de contingência à autoridade, generalização e obrigatoriedade da regra moral. A presente pesquisa também se limitou a questionar sobre uma situação genérica e descontextualizada “*sobre uma pessoa não querer contato com outra pessoa porque ele(a) é homossexual, você acha que isso é errado ou não é errado?*”. Considerando que estudos da TDS tem demonstrado que diferentes situações podem alterar o julgamento

(Killen & Cooley, 2013), sugere-se que novas pesquisas envolvam vinhetas com mais elementos de contexto e façam perguntas de forma mais indireta, por exemplo, aplicadas a situações fictícias.

Além disso, a literatura tem evidenciado diferentes formas de preconceito e discriminação quando o homossexual é um homem ou uma mulher, bem como se esse é do mesmo sexo do participante da pesquisa ou não (Poteat & Anderson, 2012), ou ainda se estão ou não em conformidade de gênero (Heinze e Horn, 2014). Contudo, na presente pesquisa essas variáveis não foram consideradas e o homossexual foi tratado de forma genérica “pessoa homossexual”. Desta forma, sugere-se investigar também se há alteração no julgamento e nas justificativas em função dessas variáveis, por exemplo: homem homossexual, mulher homossexual, uma mulher transexual, um homem transexual ou uma pessoa bissexual, seja homem ou mulher.

Considerando a relevância da variável idade para os estudos da área de desenvolvimento, a amostra reduzida de participantes com 18 anos, o recorte na faixa etária da adolescência (12 a 18 anos), e o fato dos estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa de Psicologia do Desenvolvimento Moral (GPDM) no Brasil⁸ apresentarem limitadas variações nos julgamentos de sujeitos de diferentes faixas etárias, sugere-se a ampliação dos estudos da área com a finalidade de compreender ao problema levantado no Estudo I: com o avanço do desenvolvimento para a fase final da adolescência e fase adulto há um aumento da aceitação da exclusão baseado em uma maior importância que é dado ao domínio convencional? Esse movimento é comum às diferentes formas de preconceito ou está relacionado especificamente as dinâmicas de gênero e sexualidade? Ou ainda, considerando que crianças muito pequenas já são capazes de pensar em termos morais, ainda que rudimentarmente (Smetana, 2013), em qual fase o preconceito passa a ser mais evidente e como isso se altera ao longo do desenvolvimento?

Sugerimos ainda a ampliação da amostra com outras regiões do país e estudos qualitativos para verificar essas diferenças culturais. A partir dos relatos apresentados nas questões abertas surgiram como questões: quando a exclusão é aceita? O que justifica a exclusão de uma pessoa? *“pois a única coisa que importa é o caráter da pessoa”*. O que

⁸ O GPDM vem desenvolvendo pesquisas segundo a perspectiva da Teoria do Domínio Social em diferentes temáticas, tais como regras do contexto familiar e escolar com crianças e adolescentes de desenvolvimento típico e atípico; critérios de julgamentos aplicados a regras de diferentes domínios; julgamento de crianças e adolescentes sobre situações convencionais e morais e a influência da admiração nesse julgamento; gênese da moral na criança pequena; pressupostos informacionais e decisão dietética.

os adolescentes estariam considerando como sendo um bom caráter? Quais os valores admirados pelos adolescentes hoje e que estariam compondo esse bom caráter?

Além disso, novas variáveis poderiam ser incorporadas ao estudo da exclusão segundo a Teoria do Domínio Social no Brasil, tais como: práticas parentais, contexto e projetos pedagógicos das escolas e sua relação com a diversidade e comparar entre diferentes formas de exclusão e diferentes grupos alvos.

Apesar dessa pesquisa ter sido realizada a partir de questionários auto administrados, o que poderia limitar o acesso a novas informações que não estivessem sendo diretamente questionadas, ao final do instrumento foi reservado um espaço livre para que os adolescentes pudessem comentar, criticar ou sugerir a respeito da pesquisa, assim como versar livremente sobre o que desejassem. Nesse espaço pode-se perceber que embora não fosse o objetivo da pesquisa promover uma intervenção junto aos adolescentes, o simples fato de entrar em contato com o conteúdo do instrumento já oportunizou aos adolescentes pensarem e construir raciocínios mais respeitosos sobre o grupo excluído: *“achei interessante ter uma pesquisa assim dentro da sala de aula, pesquisas assim faz cada vez mais pensar no outro”* (P. 387, 16 anos); *“sobre essa provinha desenvolvi um contexto que não devemos julgar ninguém pelo que ela é e faça com ela se sinta bem com o que ela quiser ser”* (P.412, 12 anos).

Os participantes destacaram ainda o quão positiva havia sido aquela experiência e como era positivo saber que havia pessoas interessadas em conhecer sobre o que eles pensavam: *“é sempre bom as pessoas escutarem a opinião das outras, principalmente dos adolescentes. Obrigada pela oportunidade. Adorei”* (P315, 14 anos); *“é bom saber que têm pessoas no mundo que se interessam no que o jovem pensa. Obrigada!”* (P.110, 17 anos);

Nesse espaço eles também apresentaram opiniões que reafirmavam a visão do preconceito ou não preconceito. São exemplos dessas falas: *“não sou obrigado a aceitar gays e lésbicas tenho que ter somente respeito, eles quem tem que aceitar o modo da sociedade. Em questão da bissexualidade é falta de punição e pessoas que não sabem o que quer do seu futuro”* (P. 358); *“não sou obrigado a conviver com baitola”* (P. 373, 16 anos); *“não gostei muito, pois odeio gays e tenho uma raiva imensa deles e delas”* (P. 670, 12 anos); *“odiei fazer isso porque pra mim gays e lésbicas não são gente”* (P.659, 12 anos); *“preconceito é algo idiota e se eu pudesse eu chutava a bunda de Hitler”* (P. 366, 17 anos); *“eu queria dizer que o preconceito só está atrasando a humanidade”*

(P.676, 12 anos), além de menções repetidas por sujeitos diferentes da música Toda forma de amor de Lulu Santos “*consideramos justa toda forma de amor*”.

Por fim, destaca-se que esse estudo buscou contribuir para a compreensão de um fenômeno complexo sob a ótica da Psicologia do Desenvolvimento Moral. Aproximar o estudo da exclusão da Psicologia Moral é um campo ainda pouco explorado e que exige uma agenda ampla de pesquisa, uma vez que a moralidade é compreendida como sendo um construto multidimensional que leva em consideração aspectos afetivos, cognitivos, um aparato biológico, experiências oriundas da história de vida do sujeito e suas relações sociais e culturais, além de aspectos das relações interpessoais ou ainda características de personalidade (Para aprofundamento na área ver Killen & Smetana, 2013).

REFERÊNCIAS

- Abramovay, M., Castro, M. G., & Silva, L. B. (2004). *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil.
- *⁹Abrams, D., Palmer, S. B., Rutland, A., Cameron, L., & Vyver, J. V. (2014). Evaluations of and reasoning about normative and deviant ingroup and outgroup members: Development of the black sheep effect. *Developmental Psychology*, 50(1), 258-270. doi: 10.1037/a0032461.
- Adamczyk, A. & Pitt, C. (2009). Shaping attitudes about homosexuality: The role of religion and cultural context. *Social Science Research*, 38, 338–351. doi: 10.1016/j.ssresearch.2009.01.002.
- Akerlind, G. S. (2005). Variation and commonality in phenomenographic research methods. *Higher Education Research & Development*, 24(4), 321–334. doi: 10.1080/07294360500284672.
- Allport, G. W. (1979). *The nature of prejudice* (Unabridged, 25th anniversary ed). Reading, MA: Addison-Wesley.
- Araujo, J. F. S. N. O. (2018). “Ta lá o corpo de mais uma travesti no chão...”: o império da violência no Nordeste. Anais do I Congresso Internacional de Direito Público dos Direitos Humanos e Políticas de Igualdade.
- Arsênio, W. & Kramer, R. (1992). Victimizadores and their victims: children’s conceptions of the mixed emotional consequences of moral transgressions. *Child Development*, 63, 915-927.
- Arsênio, W., Gold, J., & Adams, E. (2006). Children’s conceptions and displays of moral emotions. In Millen & J. G. Smetana (Eds.), *Handbook of moral development* (pp. 581–610). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Berlan, E. D., Corliss, H. L., Field, A. E., Goodman, E., & Austin, S. B. (2010). Sexual orientation and bullying among adolescents in the growing up today study. *Journal of Adolescent Health*, 46, 366–371.
- Borges, Z. N., & Meyer, D. E. (2008). Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação*, Rio de Janeiro, 16(58), 59-76.
- Borges, Z. N., Passamani, G. R., Ohlweiler, M. I., & Bulsing, M. (2011). Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil). *Educar em Revista*, 39, 21-38.

⁹ As referências indicadas por um asterisco (*) compõem o resultado da revisão sistemática de literatura apresentada no Capítulo II.

- Borrillo, D. (2009). A Homofobia. In T. Lionço & D. Diniz. (Eds). *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio* (pp.15-46). Brasília: LetrasLivres EdUnB.
- *Bottema-Beutel, K. & Li, Z. (2015). Adolescent Judgments and reasoning about the failure to include peers with social disabilities. *Journal Autism Development Disord*, 45, 1873-1886. doi: 10.1007/s10803-014-2348-7.
- Brasil. (2016). *Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2013*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
- *Brenick, A., & Killen, M. (2014). Moral judgments about Jewish-Arab intergroup exclusion: The role of cultural identity and contact. *Developmental Psychology*, 50, 86-99. doi: 10.1037/a0034702.
- Cerqueira-Santos, E. Winter, F. S., Salles, L. A. Longo, J. L. & Teodoro, M. L. M. (2007). Contato Interpessoal e Crenças sobre Homossexualidade: Desenvolvimento de uma Escala. *Interação em Psicologia*, 11(2), 221-229.
- Cerqueira-Santos, E., & DeSouza, E. (2011). Preconceito e discriminação contra minorias sexuais: o caso da homofobia. Em E. M. Techio & M. E. O. Lima. (Org) *Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal* (pp. 247-272). Brasília: Technopolitik.
- Coelho, W. N. B. & Silva, C. A. F. (2015). Preconceito, Discriminação e Sociabilidades na Escola. *Educere et educare revista de educação*, 10 (20), 687 – 705.
- Cooley, S., Elenbaas, L., & Killen, M. (2012). Moral judgments and emotions: Adolescents' evaluations in intergroup social exclusion contexts. *New Directions for Youth Development*, 136, 41-57. doi: 10.1002/ym.20037.
- Costa, A.B., & Nardi, H.C. (2015). Homofobia e Preconceito contra Diversidade Sexual: Debate Conceitual. *Trends in Psychology / Temas em Psicologia*, 23, 3, 715-726. doi: 10.9788/TP2015.3-15.
- Cozby, P. C. (2006). *Métodos de Pesquisa em Ciência do Comportamento*. São Paulo: Atlas.
- Crochík, J. L. (2006). *Preconceito, Indivíduo e Cultura*. São Paulo: casa do psicólogo.
- Crystal, D., Killen, M., & Ruck, M. (2008). It's who you know that counts: Intergroup contact and judgments about race-based exclusion. *British Journal of Developmental Psychology*, 26, 51-70.
- Dinis, N. F. (2011). Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. *Educar em Revista*, 39, 39-50.

- Dovidio, J. F., Gaertner, S. L., & Kawakami, K. (2003). Intergroup contact: The past, present, and the future. *Group Processes and Intergroup Relations*, 6, 5-21. doi:10.1177/1368430203006001009.
- Durlak, J. A., Weissberg, R. P., Dymnicki, A. B., Taylor, R. D., & Schellinger, K. B. (2011). The impact of enhancing students' social and emotional learning: A meta-analysis of school-based universal interventions. *Child Development*, 82, 405–432.
- Edmonds, C., & Killen, M. (2009). Do adolescents' perceptions of parental racial attitudes relate to their intergroup contact and cross-race relationships?. *Group Processes & Intergroup Relations*, 12(1), 5-21. doi: 10.1177/1368430208098773.
- Eisenberg, N., Cumberland, A. Guthrie, I. K., Murphy, B. C. & Shepard, S. A. (2005). Age Changes in Prosocial Responding and Moral Reasoning in Adolescence and Early Adulthood. *Journal of Research on Adolescence*, 15(3), 235–260.
- Eisenberg, N., Spinrad, T. L., & Sadovsky, A. (2006). Empathy-Related Responding in Children. In Killen, M. & Smetana, J.G. (Eds). *Handbook of Moral Development* (pp. 517-549). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Friedman, M. S., Marshal, M. P., Guadamuz, T. E., Wei, C., Wong, C. F., & Saewyc, E. M. (2011). A metaanalysis of disparities in childhood sexual abuse, parental physical abuse, and peer victimization among sexual minority and sexual nonminority individuals. *American Journal of Public Health*, 101, 1481–1494.
- Galvão, L. K. S. (2010). *Desenvolvimento moral e empatia: medidas, correlatos e intervenções educacionais* (Tese de doutorado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB.
- *Gasser, L., Malti, T., & Buholzer, A. (2013). Children's moral judgments and moral emotions following exclusion of children with disabilities: Relations with inclusive education, age, and contact intensity. *Research in developmental disabilities*, 34(3), 948-958. doi: [10.1016/j.ridd.2012.11.017](https://doi.org/10.1016/j.ridd.2012.11.017).
- Gomes, G. R. & Caramaschi, S. (2007). Valorização de beleza e inteligência por adolescentes de diferentes classes sociais. *Psicologia em Estudo*. 12 (2), 295-303.
- Gouveia, V. V., Guerra, V. M. Sousa, D. M. F., Santos, W. S., & Costa, J. M. (2009). Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne: Evidências de sua Validade Fatorial e Consistência Interna. *Avaliação Psicológica*, 8, 87-98.
- Griep, R. H., Chor, D., Faerstein, E., Werneck, G. L., & Lopes, C. S. (2003). Apoio social: confiabilidade teste-reteste de escala no Estudo Pró-Saúde Social support: scale test-retest reliability in the Pro-Health Study. *Cadernos de Saúde Pública*, 19, 625-634.
- Harris Interactive and GLSEN. (2005). *From teasing to torments school climate in america, a survey of students and teachers*. New York: GLSEN.

- *Heinze, J., & Horn, S.S. (2009). Intergroup contact and beliefs about homosexuality in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 38, 937-951. doi: 10.1007/s10964-009-9408-x.
- *Heinze, J., & Horn, S. S. (2014). Do Adolescents' Evaluations of Exclusion Differ Based on Gender Expression and Sexual Orientation? *Journal of Social Issues*, 70, 63-80. doi: 10.1111/josi.12047.
- Herek, G. M. (1998). *Stigma and sexual orientation: Understanding prejudice against lesbians, gay men, and bisexuals*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- *Hitti, A., Mulvey, K. L., Rutland, A., Abrams, D. & Killen, M. (2014). When is it okay to exclude a member of the ingroup?: Children's and adolescents' social reasoning. *Social Development*, 23, 451-469. doi: 10.1111/sode.12047.
- *Hitti, A., & Killen, M. (2015). Expectations about ethnic peer group inclusivity: The role of shared interests, group norms, and stereotypes. *Child Development*, 86 (5), 1522-1537. doi: 10.1111/cdev.12393.
- Hoffman, M. L. (1987). The contribution of empathy to justice and moral judgment. In N. Eisenberg & J. Strayer (Eds.), *Empathy and its development* (pp. 47-79). New York: Cambridge University Press.
- Hoffman, M. L. (2000). *Empathy and Moral Development*. New York, USA: Cambridge University Press.
- Hong, J. S., & Garbarino, J. (2012). Risk and Protective Factors for Homophobic bullying in schools: an application of the social-ecological framework. *Revista Education Psychology*, 24, 271-285.
- Horn, S. S. (2003). Adolescents' Reasoning About Exclusion From Social Groups. *Developmental Psychology*, 39, 71 – 84. doi: 10.1037/0012-1649.39.1.71.
- *Horn, S. S. (2006a). Heterosexual adolescents' and Young adults' beliefs and attitudes about homosexuality and gay and lesbian peers. *Cognitive Development*, 21, 420-440. doi: 10.1016/j.cogdev.2006.06.007.
- Horn, S. S. (2006b). Age-related differences in heterosexual adolescents' and young adults' beliefs and attitudes about homosexuality and the treatment of gay and lesbian peers in school. *Cognitive Development*, 21, 420-440.
- Horn, S. S. (2006c). Group status, group bias, and adolescents' reasoning about the treatment of others in school contexts. *International Journal of Behavioral Development*, 30(3), 208-218.
- Horn, S. S., Szalacha, L. A., Drill, K. (2008). Schooling, sexuality and rights: an investigation of heterosexual students' social cognition regarding sexual orientation and the rights of gay and lesbian peers in school. *Journal of Social Issues*, 64, 791-813.

- Horn, S.S. & Szalacha, Laura. (2009). School differences in heterosexual students' attitudes about homosexuality and prejudice based on sexual orientation. *European Journal of Developmental Sciences*, 3, 66-81. doi: 10.3233/DEV-2009-3108.
- Horn, S. S. & Sinno, S. M. (2013). Gender, Sexual Orientation, and Discrimination Based on Gender and Sexual Orientation. In Killen, M. & Smetana, J.G. (Eds). *Handbook of Moral Development* (pp. 317-339). New York and London: Psychology Press.
- Junqueira, R. D.(2009). Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. Em R. D. Junqueira (Org). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp.367-444). Brasília: MEC/UNESCO.
- Killen, M. (2007). Children's social and moral reasoning about exclusion. *Current Directions in Psychological Science*, 16, 32-36.
- *Killen, M., Kelly, M., Richardson, C., Crystal, D., & Ruck, M. (2010). European-American children's and adolescents' evaluations of interracial exclusion. *Group Processes and Intergroup Relations*, 13, 283-300. doi: 10.1177/1368430209346700.
- Killen, M. & Cooley, S. (2013). Morality, Exclusion, and Prejudice. In Killen, M. & Smetana, J.G. (Eds). *Handbook of Moral Development* (pp. 340-360). New York and London: Psychology Press.
- Killen, M. & Smetana, J.G. (Eds) (2013). *Handbook of Moral Development*. New York and London: Psychology Press.
- *Killen, M., Rutland, A., Abrams, D., Mulvey, K. L., & Hitti, A. (2013). Development of intraand intergroup judgments in the context of moral and social-conventional norms. *Child Development*, 84, 1063-1080. doi: 10.1111/cdev.12011.
- Kohlberg, L. (1984). The psychology of moral development: volume 2. Essays on moral development. Harper and Row, New York.
- Koller, S. H., Camino, C., & Ribeiro, J. (2001). Adaptação e validação interna de duas escalas de empatia para uso no Brasil. *Estudos de psicologia*, 18(3), 43-53.
- Lacerda, M., Pereira, C., & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 165-178.
- Lane, J. D., Wellman, H. M., Olson, S. L., LaBounty, J., & Kerr, D.C. R. (2010). Theory of mind and emotion understanding predict moral development in early childhood. *British Journal of Developmental Psychology*, 28, 871-889. doi: 10.1348/026151009x483056

- La Taille, Y. de (2006). *Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed.
- Levandowski, G. (2009). *Análise de fatores associados ao comportamento bullying no ambiente escolar* (Dissertação de mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis-SC.
- Lima, M. E. O. (2013). Preconceito. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Eds). *Psicologia Social: temas e teorias. 2ed revisada e ampliada*. (pp.589-640). Brasília: Technopolitik.
- Lira, A. N. (2012). De Severina Xique-Xique à Locadora de Mulher: representação do gênero feminino nas músicas de forró. Monografia não publicada de especialização em História Cultural. Universidade Estadual da Paraíba. Guarabira: UEPB.
- Lira, K. F. S. (2015). Violência doméstica contra as mulheres: relações de gênero e de poder no sertão pernambucano. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Direitos Humanos.
- Lopes Neto, A. A. (2005). Bullying – comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de pediatria*. 81(5)(Supl), 164-172.
- Lourenço, O. (1997). Children's attributions of moral emotions to victimizers: Some data, doubts and suggestions. *British Journal of Developmental Psychology*, 15, 425-438.
- Lourenço, O. (1998). Transgressores felizes e infelizes na compreensão de emoções morais na criança. *Psicologia, Educação e Cultura*, II, 2, 241-261.
- Lourenço, O. (2014). Domain theory: a critical review. *New ideas in psychology*, 32, 1-17.
- Louro, G. L. (Ed). (2007). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. (2ª.ed.) Belo Horizonte: Autêntica.
- Malti, T., & Latzko, B. (2010). Children's moral emotions and moral cognition: Towards an integrative perspective. In B. Latzko & T. Malti (Eds.), *Children's moral emotions and moral cognition: Developmental and educational perspectives. New Directions for Child and Adolescent Development*, 129, 1–10. San Francisco: Jossey-Bass.
- Malti, T., Perren, S. & Buchmann, M. (2010). Children's Peer Victimization, Empathy, and Emotional Symptoms. *Child Psychiatry Human Development*, 41, 98-113. doi: 10.1007/s10578-009-0155-8.
- *Malti T, Killen M., Gasser L. (2012). Social judgments and emotion attributions about exclusion in Switzerland. *Child Development*, 83 (2), 697-711. doi: 10.1111/j.1467- 8624.2011.01705.x.

- Malti, T., Ongley, S. F., Dys, S. P., & Colasante, T. (2012). Adolescents' emotions and reasoning in contexts of moral conflict and social exclusion. *New Directions for Youth Development*, 136. doi: 10.1002/yd.20036.
- Malti, T. & Dys, S. P. (2015). A Developmental Perspective on Moral Emotions. *Topoi*, 34(2) 453-459. doi: 10.1007/s11245-013-9224-5.
- Martins, M. M. (2013). Exclusão Étnica, Julgamento Moral e Emoções Morais: estudo em adolescentes (Dissertação de mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal.
- Mata, J., Ghavami, N., Wittig, M.A. (2010). Understanding Gender Differences in Early Adolescents' Sexual Prejudice. *Journal of Early Adolescence*, 30(1), 50–75. doi: 10.1177/0272431609350925.
- *Mulvey, K. L., & Killen, M. (2015). Challenging gender stereotypes: Resistance and exclusion. *Child Development*, 86, 681–694. doi: 10.1111/cdev.12317.
- *Mulvey, K. L., Palmer, S. B., & Abrams, D. (2016). Race-Based Humor and Peer Group Dynamics in Adolescence: Bystander Intervention and Social Exclusion. *Child development*, 87(5), 1379-1391. doi: 10.1111/cdev.12600.
- Murgatroyd, S. & Robinson, E. (1993). Children's judgements of emotion following moral transgressions. *International Journal of Behavioral Development*, 16, 93-111.
- Nery, I. S., Feitosa, J. J., Sousa, A. F. L., Fernandes, A. C. N. (2015). Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. *Acta Paulista de Enfermagem*, 28 (3), 287-292. doi: [10.1590/1982-0194201500048](https://doi.org/10.1590/1982-0194201500048).
- Norte, C.R. et al (2016). Femicídio nos estados da região Nordeste do Brasil, uma tragédia no cotidiano do machismo. Anais do VII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Foz do Iguaçu/PR – Brasil.
- Nucci, L. (2000). Psicologia Moral e Educação: para além de crianças “boazinhas”. *Educação e Pesquisa*, 26 (2), 71-89.
- Nucci, L. P. (2001). *Education in the moral domain*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Nucci, L., Turiel, E. & Roded, A. D. (2017). Continuities and Discontinuities in the Development of Moral Judgments. *Human Development*, 60, 279 – 341. doi: 10.1159/000484067.
- *O'Driscoll, C., Heary, C., Hennessy, E., & McKeague, L. (2015). Adolescents' beliefs about the fairness of exclusion of peers with mental health problems. *Journal of adolescence*, 42, 59-67. doi: [10.1016/j.adolescence.2015.03.008](https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2015.03.008).

- Ohlander, J., Batalova, J. & Treas, J. (2005). Explaining educational influences on attitudes toward homosexual relations. *Social Science Research*, 34, 781–799. doi: 10.1016/j.ssresearch.2004.12.004.
- Oosterhoff, B. & Metzger, A. (2016). Mother–adolescent civic messages: Associations with adolescent civic behavior and civic judgments. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 43, 62–70. doi: [10.1016/j.appdev.2016.01.001](https://doi.org/10.1016/j.appdev.2016.01.001).
- *Park, Y., & Killen, M. (2010). When is peer rejection justifiable?: Children's understanding across two cultures. *Cognitive Development*, 25, 290-301. doi: 10.1016/j.cogdev.2009.10.004.
- Passos-Ferreira, C. (2011). Seria a moralidade determinada pelo cérebro? Neurônios-espelhos, empatia e neuromoralidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 21(2), 471-490. doi: [10.1590/S0103-73312011000200008](https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000200008).
- Pasquali, L. (1998). Princípios de elaboração de escalas psicológicas. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 25(5), 206-213.
- Perren, S., Gutzwiller-Helfenfinger, E., Malti, T. & Hymel, S. (2012). Moral reasoning and emotion attributions of adolescent bullies, victims, and bully-victims. *British Journal of Developmental Psychology*, 30, 511–530.
- Pettigrew, T. F., Tropp, L. R., Wagner, U., & Christ, O. (2011). Recent advances in intergroup contact theory. *International Journal of Intercultural Relations*, 35(3), 271-280. doi: 10.1016/j.ijintrel.2011.03.001.
- Piaget, J. (1932/ 1994). O juízo moral na criança. São Paulo: Summus.
- Piaget, J. (1947/1998). O Desenvolvimento Moral do Adolescente em dois tipos de sociedade: sociedade primitiva e sociedade “moderna”. In S. Parrat-Dayana, & A. Tryphon (Orgs.).(1998). Sobre a Pedagogia: textos inéditos (C. Berliner, Trad). pp.161-166. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Piaget, J. (1948/1973). Para onde vai a educação? Rio de Janeiro: José Olympio.
- Piaget, J. (1994/ 1962). La relación del afecto com la inteligência en el desarrollo mental del niño. In G. Delahanty, & J. Perrés. (Orgs). *Piaget y el psicoanálisis*. Universidad Autónoma Metropolitana: Xochimilco.
- Piaget, J. (2015). Seis estudos de Psicologia. 25.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Pereira, C.R., Torres, A.R.R., Pereira, A., Falcão, L.C. (2011). Preconceito Contra Homossexuais e Representações Sociais da Homossexualidade em Seminaristas Católicos e Evangélicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27, 73 – 82.

- Pereira, E. O. (2015). *Acesso e qualidade da atenção à saúde para a população LGBT: a visão dos médicos de uma capital do nordeste brasileiro*. Dissertação de mestrado não publicada X. Universidade de Brasília, Departamento de Saúde Coletiva.
- Pérez-Nebra, A. R., & Jesus, J. G. (2011). Preconceito, estereótipo e discriminação. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.). *Psicologia social: principais temas e vertentes* (pp. 217-237). Porto Alegre: ArtMed.
- Perucchi, J., Brandão, B. C., & Vieira, H. I. S. (2014). Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estudos de Psicologia*, 19(1), 67-76.
- Pettigrew, T. F. & Tropp, L.R. (2006). A Meta-Analytic Test of Intergroup Contact Theory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 90(5), 751–783. doi: 10.1037/0022-3514.90.5.751.
- Poteat, V. P. (2008). Contextual and moderating effects of the peer group climate on use of homophobic epithets. *School Psychology Review*, 37(2), 188-201.
- Poteat, V. P., & DiGiovanni, C. D. (2010). When Biased Language Use is Associated With Bullying and Dominance Behavior: The Moderating Effect of Prejudice. *Journal Youth Adolescence*, 39, 1123-1133.
- Poteat, V.P. & Anderson, C. J. (2012). Developmental Changes in Sexual Prejudice From Early to Late Adolescence: The Effects of Gender, Race, and Ideology on Different Patterns of Change. *Developmental Psychology*, 48 (5), 1403–1415. doi: 10.1037/a0026906.
- Poteat, V. P., DiGiovanni, C. D., & Scheer, J.R. (2013). Predicting Homophobic Behavior Among Heterosexual Youth: Domain General and Sexual Orientation-Specific Factors at the Individual and Contextual Level. *Journal Youth Adolescence*, 42, 351 – 362. doi: 10.1007/s10964-012-9813-4.
- Poteat, V.P. & Russell, S.T. (2013). Understanding Homophobic Behavior and Its Implications for Policy and Practice. *Theory Into Practice*, 52, 264–271. doi: 10.1080/00405841.2013.829729.
- Poteat, V. P., & Vecho, O. (2016). Who intervenes against homophobic behavior? Attributes that distinguish active bystanders. *Journal of School Psychology*, 54, 17 – 28. doi: 10.1016/j.jsp.2015.10.002.
- *Richardson, C., Hitti, A., Mulvey, K.L., & Killen, M. (2014). Social exclusion: The interplay of group goals and individual characteristics. *Journal of Youth and Adolescence*, 43 1281-1294. doi: 10.1007/s10964-013-9967-8.
- Romeo, K.E. & Horn, S.S. (2017) Adolescents' judgments of homophobic harassment toward male and female victims: The role of gender stereotypes, *Journal of Moral Education*, 46:2, 145-157, doi: 10.1080/03057240.2017.1291415.

- Rondini, C. A., Filho, F. S. T., & Toledo, L.G. (2017). Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio. *Psicologia USP*, 28, 57-71. doi: 10.1590/0103-656420140011.
- *Ruck, M. D.; Park, H.; Crystal, D. S.; Killen, M. (2014). Intergroup contact is related to evaluations of interracial peer exclusion in African American students. *Journal of Youth and Adolescence*. doi: 10.1007/s10964-014-0227-3.
- Rutland, A., Killen M., & Abrams, D. (2010). A New Social-Cognitive Developmental Perspective on Prejudice: The Interplay Between Morality and Group Identity. *Perspectives on Psychological Science*, 5(3) 279–291. doi: 10.1177/1745691610369468.
- Sacramento O. (2017). Homem sai fazendo filho e “tá nem aí”: gênero, parentalidade e proteção social no nordeste brasileiro. *REFACS*, 5(1), 6-12. doi: 10.18554/refacs.v5il.1907.
- Salles, L. M. F., & Silva, J. M. A. P. (2008). Diferenças, Preconceito e Violência no âmbito escolar: algumas reflexões. *Cadernos de Educação*, 30, 149-166.
- Sampaio, R. F. & Mancini, M. C. (2007). Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11, 83-89.
- Sampaio, L. R., Monte, F. C., Camino, C. P. dos S. & Roazzi, A. (2008). Justiça Distributiva e Empatia em Adolescentes do Nordeste Brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 275-282.
- Sampaio, L. R.; Camino, C. P. S. & Roazzi, A. (2009). Revisão de aspectos conceituais, teóricos e metodológicos da empatia. *Psicologia ciência e profissão*. 29(2), 212-227.
- Sampaio, L. R., Guimarães, P. R. B., Camino, C. P. S., Formiga, N. S., & Menezes, I. G. (2011). Estudos sobre a dimensionalidade da empatia: tradução e adaptação do Interpersonal Reactivity Index (IRI). *Psico*, 42(1), 67-76.
- Sepulveda, D. (2016). A religião e a homofobia no cotidiano escolar. *Revista nuestraAmérica*, 4(8), 120 – 136.
- Silva, J. P. S., Souza, J. M., & Barreto. (2012). Bullying e Homofobia: Percepção dos professores do ensino fundamental sobre essa realidade nas escolas de Aracaju-Brasil. *Anais do IX Seminário da REDE ESTRADO*.
- Smetana, J. G. (2005). Social-Cognitive Domain Theory: consistencies and variations in children’s moral and social judgments. In. M. Killen & J. Smetana. *Handbook of moral development*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

- Smetana, J. (2006). Social domain theory: Consistencies and variations in children's moral and social judgments. In M. Killen, & J. Smetana (Eds.), *Handbook of moral development* (pp. 119-154). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Smetana, J. G. (2013). Moral Development: The Social Domain Theory View. In Zelazo, P. D. (ed.). *The Oxford Handbook of Development Psychology*. Vol. 1 – Body and Mind. (p. 832-863). Editor-in-chief Peter E Nathan. Oxford, NY: OUP – Oxford University.
- Smetana, J., Jambon, M., & Ball, C. (2014). The social domain approach to children's moral and social judgments. In M. Killen & J. Smetana (Eds.), *Handbook of moral development*, 2 nd Edition (pp. 23-45). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Souza, J. M. (2013). *Bullying: uma das faces do preconceito homofóbico entre jovens no contexto escolar* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão-SE.
- Souza, J. M., & Silva, J. P. (2014). Homofobia: discutindo a discriminação no meio escolar. *Revista Fórum Identidades*, 9, 107-118.
- Souza, J. M., Silva, J. P.; Faro, A. (2015). Bullying e Homofobia: aproximações teóricas e empíricas. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 19(2), 289-297. doi: 10.1590/2175-3539/2015/0192837.
- Techio, E. M. (2011). Estereótipo sociais como preditores das relações intergrupais. In E. M. Techio, & M. E. O. Lima (Eds). *Cultura e Produção das Diferenças: estereótipos e preconceitos no Brasil, Espanha e Portugal* (pp. 21-75). Brasília: Technopolitik.
- Teixeira-Filho, F. S., & Rondini, C. A. (2012). Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. *Saúde e Sociedade*, 21(3), 651-667.
- Tisak, M. S., & Turiel, E. (1988). Variation in seriousness of transgressions and children's moral and conventional concepts. *Developmental Psychology*, 24, 352–357.
- Toneli, M. J. F. (2006). Homofobia em contextos jovens urbanos: contribuições dos estudos de gêneros. *Revista de Psicologia da Vetor Editorial*. 7(2), 31-38.
- Torres, A. R. R., & Faria, M. R. G. V. (2008). Creencia en el mundo justo y prejuicio: homosexuales portadores de VIH/SID. *Interamerican Journal of Psychology*, 42(3), 570-579.
- Turiel, E. (1983). *The development of social knowledge: Morality and convention*. San Francisco: Jossey-Bass.

- Turiel, E. (1989). Dominios y categorías en el desarrollo cognitivo y social. In Enesco, I., Delval, J. & Linaza, J (orgs.). *El mundo social en la mente del niño*. (p. 37-68). Madrid: Alianza.
- Turiel, E. (2002). *The culture of morality: social development, context and conflict*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Yuill, N., Perner, J., Pearson, A., Peerbhoy, D. & Ende, J. (1996). Children's changing understanding of wicked desires: From objective to subjective to moral. *British Journal of Developmental Psychology*, 14, 457-475.
- *Wainman, B. M., Walker, S., Brownlee, J. M., Boulton-Lewis, G. M., Cobb-Moore, C., Johansson, E., & Whiteford, C. (2012). Young children's beliefs about including others in their play: Social and moral reasoning about inclusion and exclusion. *Australasian Journal of Early Childhood*, 37(3), 137-146.
- Wainryb, C., Shaw, L., Laupa, M., & Smith, K. R. (2001). Children's, adolescents', and young adults' thinking about different types of disagreements. *Developmental Psychology*, 37, 373–386. doi: 10.1037/0012-1649.37.3.373.